



# Prefeitura Municipal de Guanhães

## ESTADO DE MINAS GERAIS

PROJETO DE LEI N° 11 /2011.

**DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA O ANO DE 2012, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

A Câmara Municipal, por seus Representantes Legais aprovou e eu, Prefeito do Município de Guanhães, sanciono e promulgo a seguinte lei:

### CAPÍTULO I DAS DIRETRIZES GERAIS

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no § 2º do Artigo 165 da Constituição Federal, e na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, esta lei fixa as diretrizes orçamentárias do Município para o exercício de 2012, compreendendo:

- I - as prioridades da administração municipal;
- II - a estrutura e organização dos orçamentos;
- III - as diretrizes gerais para elaboração e execução dos orçamentos do Município e suas alterações;
- IV - as disposições relativas à dívida pública municipal;
- V - as disposições relativas às despesas do Município com pessoal e encargos sociais;
- VI - as disposições sobre alterações na legislação tributária do Município;
- VII - as demais disposições gerais não contempladas nos incisos anteriores.

Parágrafo único - Integram esta Lei os seguintes Anexos:

- I - de Prioridades da administração municipal;
- II - de Metas Fiscais, elaborado em conformidade com os §§ 1º e 2º, do Artigo 4º, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, inclusive os anexos da Evolução do Patrimônio Líquido da Prefeitura nos últimos três exercícios;
- III - Demonstrativo da evolução do Patrimônio Líquido do Município.
- IV - De Riscos Fiscais.

Praça Néria Coelho Guimarães, 100 - Centro - Guanhães - MG - CEP 39740 - 000 - Fone: (33) 3421-1501

Fax: 3421-1515 - E-mail: contato@guanhães.mg.gov.br

CPNJ: 18.307.439/0001 - 27



# Prefeitura Municipal de Guanhães

## ESTADO DE MINAS GERAIS

### CAPÍTULO II DAS PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Art. 2º - Em consonância com o § 2º do Artigo 165 da Constituição Federal as prioridades para o exercício financeiro de 2012 são especificadas no Anexo I que integra esta lei.

§ 1º - A Lei Orçamentária dispensará, na fixação da despesa e na estimativa da receita, atenção aos princípios de prioridades de investimento nas áreas sociais, na austeridade na gestão dos recursos públicos e na modernização da ação governamental.

§ 2º - Serão considerados na construção da Lei Orçamentária os princípios preconizados na Lei Federal nº 8.742/93, Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS, que define a realização da assistência social integrada às políticas sociais, visando o enfrentamento da pobreza, a garantia dos mínimos sociais, o provimento de condições para atender contingências sociais e à universalização dos direitos sociais.

### CAPÍTULO III DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 3º - O projeto de lei orçamentária do Município de GUANHÃES, relativo ao exercício de 2012, deve assegurar os princípios de justiça, inclusive tributária, de controle social e de transparência na elaboração e execução do orçamento:

I - o princípio de justiça social implica em assegurar, na elaboração e execução do orçamento, projetos e atividades que venham a reduzir as desigualdades entre indivíduos e regiões da cidade, bem como combater a exclusão social;

II - o princípio de controle social implica em assegurar a todo cidadão e cidadã a participação na elaboração e no acompanhamento do orçamento;

III - o princípio de transparência implica, além da observação do princípio constitucional da publicidade, na utilização dos meios disponíveis para garantir o real acesso dos municípios às informações relativas ao orçamento.

Art. 4º - Será assegurada aos cidadãos e cidadãs a participação no processo de elaboração, execução e fiscalização do orçamento.



# Prefeitura Municipal de Guanhães

## ESTADO DE MINAS GERAIS

Parágrafo único - A participação popular de que trata o caput deste artigo tem por atribuição subsidiar a elaboração do projeto de lei orçamentário anual e acompanhar e fiscalizar a execução orçamentária.

Art. 5º - O projeto de Lei Orçamentária Anual do Município de GUANHÃES será elaborado em observância às diretrizes fixadas nesta lei, na Lei Orgânica do Município, à legislação federal aplicável à matéria e, em especial, ao equilíbrio entre receitas e despesas e compreenderá:

- I - o orçamento fiscal referente aos poderes do Município, e seus órgãos;
- II - os orçamentos das entidades autárquicas e fundacionais, caso venham ser criadas neste exercício;
- III - o orçamento de investimento das empresas em que o Município, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social, caso venham ser criadas neste exercício;
- IV - os orçamentos dos fundos municipais.

Art. 6º - O projeto de Lei Orçamentária Anual conterá autorização para a abertura de créditos adicionais suplementares e especiais por meio de decretos do Executivo.

Parágrafo único - Os decretos de abertura de créditos adicionais, suplementares e especiais, autorizados na lei orçamentária anual, serão acompanhados de justificativa em relação às dotações orçamentárias a serem anuladas, a eventuais recursos do excesso de arrecadação, operações de crédito ou superávit financeiro, apurado no exercício anterior.

Art. 7º - Para efeito desta Lei, entende-se por:

- I - Diretriz: o conjunto de princípios que orienta a execução do Programa de Governo;
- II - Programa: instrumento da ação governamental visando a concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no plano plurianual;
- III - Atividade: instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;



# Prefeitura Municipal de Guanhães

## ESTADO DE MINAS GERAIS

IV - Projeto: instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resultam produtos que concorrem para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo; e

V - Operação Especial: despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.

Parágrafo único - Cada atividade, projeto e operação especial identificará a função e a sub-função às quais se vinculam.

Art. 8º - Os orçamentos das entidades autárquicas, fundacionais e fundos municipais compreenderão:

I - o programa de trabalho e os demonstrativos da despesa por natureza e pela classificação funcional de cada órgão, de acordo com as especificações legais;

II - o demonstrativo da receita, por órgãos, de acordo com a fonte e a origem dos recursos (recursos próprios, transferências intergovernamentais, operações de crédito).

Art. 9º - O orçamento de investimento, previsto no inciso III, do Artigo 5º, desta lei, discriminará para cada empresa:

I - os objetivos sociais, a base legal de instituição, a composição acionária e a descrição da programação de investimentos para o ano de 2012;

II - o demonstrativo de investimentos especificados por projetos de acordo com as fontes de financiamentos (recursos próprios, transferências intergovernamentais, operações de crédito, outras fontes);

III - o demonstrativo de fontes e usos especificando a composição dos recursos totais por origem (recursos próprios, transferências intergovernamentais, operações de crédito, outras fontes), e das aplicações por natureza da despesa (custeio, serviço da dívida, investimento).

Art. 10 - O projeto de Lei Orçamentária conterá dotações orçamentárias para contemplar a realização de convênio, acordo, ajuste ou congênero, aprovados em lei municipal.

Art. 11 - A proposta orçamentária, a ser encaminhada pelo Executivo à Câmara Municipal até 30 de setembro de 2011, compor-se-á de:



# Prefeitura Municipal de Guanhães

## ESTADO DE MINAS GERAIS

I - mensagem;  
II - projeto de Lei Orçamentária Anual;  
III - tabelas explicativas a que se refere o inciso III, do artigo 22, da Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964;

IV - demonstrativos dos efeitos sobre as receitas e despesas decorrentes das isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia;

V - relação de projetos e atividades constantes do projeto de lei orçamentária, com sua descrição e codificação, detalhados por elemento de despesa;

VI - anexo dispondo sobre as medidas de compensação a renúncias de receita e ao aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado, de que trata o inciso II do artigo 5º da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000;

VII - anexo com demonstrativo da compatibilidade da programação dos respectivos orçamentos com os objetivos e metas constantes do documento de que trata o inciso II, do parágrafo único, do artigo 1º, desta Lei;

VIII - reserva de contingência, estabelecida na forma desta Lei;

IX - demonstrativo com todas as despesas relativas à dívida pública, mobiliária ou contratual, e as receitas que a atenderão;

§ 1º - A mensagem que encaminhar o projeto de Lei Orçamentária Anual conterá:

I - avaliação das necessidades de financiamento do setor público municipal, explicitando receitas e despesas, bem como indicando os resultados primário e nominal;

II - justificativa da estimativa e da fixação, respectivamente dos principais agregados da receita e da despesa, observado, na previsão da receita, o disposto no artigo 12, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000;

III - demonstrativo do cumprimento da legislação que dispõe sobre a aplicação de recursos resultantes de impostos na manutenção e desenvolvimento do Ensino;

IV - demonstrativo do cumprimento da Emenda Constitucional nº 29/2000, que dispõe sobre a aplicação de recursos resultantes de impostos na ações e serviços públicos de saúde.



# Prefeitura Municipal de Guanhães

## ESTADO DE MINAS GERAIS

V - justificativa para eventuais alterações em relação às determinações contidas nesta Lei.

§ 2º - O Poder Executivo tornará disponíveis pela rede de computadores Internet, cópia da Lei Orçamentária e respectivos anexos, em até 10 (dez) dias após sua publicação e relatório resumido da execução orçamentária em até 30 (trinta) dias após o encerramento de cada bimestre.

### CAPÍTULO IV DAS DIRETRIZES DA RECEITA

Art. 12 - As diretrizes da receita para o ano 2012 impõem o contínuo aperfeiçoamento da administração dos tributos municipais, com vistas ao incremento real das receitas próprias.

Parágrafo único - As receitas municipais deverão possibilitar a prestação de serviços e execução de investimentos de qualidade no município, a fim de permitir e influenciar o desenvolvimento econômico local, seguindo princípios de justiça tributária.

Art. 13 - Poderão ser apresentados projetos de Lei dispostos sobre as seguintes alterações na área da Administração Tributária, observados, quando possível, a capacidade econômica do contribuinte e, sempre, a justa distribuição de renda:

I - atualização da planta genérica de valores do Município;

II - revisão e atualização da legislação sobre Imposto Predial e Territorial Urbano, suas alíquotas, forma de cálculo, condições de pagamento, descontos e isenções;

III - revisão e atualização da legislação sobre a contribuição de melhoria decorrente de obras públicas;

IV - aperfeiçoamento da legislação referente ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza;

V - aperfeiçoamento da legislação aplicável ao Imposto sobre a Transmissão Inter-Vivos e de Bens Imóveis e direitos reais sobre imóveis;

VI - revisão e/ou aperfeiçoamento da legislação sobre as taxas de serviços e pelo exercício do poder de polícia administrativo;



# Prefeitura Municipal de Guanhães

## ESTADO DE MINAS GERAIS

VII - revisão das isenções dos tributos municipais, para manter o interesse público, a justiça fiscal e as prioridades de governo;

VIII - revisão dos preços públicos;

IX - adequação da legislação tributária municipal em decorrência de alterações nas normas estaduais e/ou federais.

Parágrafo único - Considerado o disposto no artigo 11, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, poderão ser adotadas as medidas necessárias à instituição, previsão e efetiva arrecadação de tributos de competência constitucional do Município.

Art.14 - Os projetos de lei de concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita, deverão estar acompanhados de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, e deverão atender as disposições contidas no artigo 14, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 15 - O projeto de lei orçamentária poderá computar, na receita:

I - operações de créditos autorizadas por lei específica, nos termos do § 2º, Artigo 7º, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, observados o disposto no parágrafo 2º do Artigo 12, no Artigo 32, ambos da Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000, no inciso III do artigo 167, da Constituição Federal, assim como os limites e condições fixados pelo Senado Federal;

II - operações de crédito a serem autorizados na própria Lei Orçamentária, observados o disposto no parágrafo 2º do artigo 12, no artigo 32, ambos da Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000, no inciso III do artigo 167, da Constituição Federal, assim como os limites e condições fixados pelo Senado Federal, nº 43, de 21 de dezembro de 2001 e alterações posteriores;

§ 1º - Nos casos dos incisos I e II, a Lei Orçamentária Anual deverá conter demonstrativos especificando, por operações de crédito, as dotações de projetos e atividades a serem financiadas com tais recursos.

§ 2º - A Lei Orçamentária poderá autorizar a realização de operações de crédito por antecipação de receita, observado o disposto no artigo 38, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 16 - É vedado consignar na Lei Orçamentária crédito com finalidade imprecisa ou com dotação ilimitada.



# Prefeitura Municipal de Guanhães

## ESTADO DE MINAS GERAIS

### CAPITULO V DAS DIRETRIZES DA DESPESA

Art. 17 - Além da observância das prioridades fixadas nos termos do Artigo 2º desta Lei, a lei orçamentária somente incluirá novos projetos e despesas obrigatórias de duração continuada se:

- I - tiverem sido adequadamente atendidos todos os que estiverem em andamento;
- II - tiverem sido contempladas as despesas de conservação do patrimônio público;
- III - tiverem perfeitamente definidas suas fontes de custeio;
- IV - os recursos alocados viabilizarem a conclusão de uma etapa ou a obtenção de uma unidade completa, considerando-se as contrapartidas exigidas quando da alocação de recursos federais, estaduais ou de operações de crédito.

Parágrafo único - As prioridades citadas no caput deste artigo e definidas no Anexo I, poderão ser alteradas em função de consulta à sociedade civil, conforme estabelecido no artigo 4º desta Lei.

Art. 18 - A execução dos programas de investimentos descritos no Anexo I desta lei obedecerá a seguinte ordem de prioridades:

- I - investimentos em fase de execução que poderão terminar em 2011;
- II - investimentos em fase de execução que não terminarão em 2011;
- III - investimentos iniciados e completados em 2011;
- IV - investimentos iniciados em 2011, e que não terminarão em 2011.

Parágrafo único - A ordem de execução dos investimentos poderá ser alterada em função da consulta à sociedade civil, conforme estabelecido no artigo 4º desta Lei, condicionada a prévia autorização legislativa.

Art. 19 - A Lei orçamentária somente contemplará dotação para investimento com duração superior a um exercício financeiro se o mesmo estiver contido no plano plurianual ou em lei que autorize sua inclusão.

Art. 20 - A Lei orçamentária conterá dotação para reserva de contingência, no valor de até 3% (três por cento) da receita corrente líquida prevista para o exercício



# Prefeitura Municipal de Guanhães

## ESTADO DE MINAS GERAIS

de 2012, destinada ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

Art. 21 - A concessão de auxílios e subvenções dependerá de autorização legislativa por intermédio de Lei específica.

Art. 22 - O Município aplicará, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das receitas, resultantes de impostos, na manutenção e desenvolvimento do ensino nos termos do artigo 212 da Constituição Federal.

Art. 23 - O orçamento de 2012 poderá contemplar, nas rubricas próprias de pessoal, valor necessário e suficiente para reposição salarial, respeitados os limites das disposições legais.

Parágrafo único - As despesas com pessoal dos poderes Executivo e Legislativo observarão as disposições contidas nos artigos 18, 19 e 20, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 24 - Os projetos de Lei de criação ou ampliação de cargos deverão demonstrar, em sua exposição de motivos, o atendimento aos requisitos da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, apresentando o efetivo acréscimo de despesas com pessoal.

Art. 25 - Até 30 (trinta) dias após a publicação da lei orçamentária anual, o Executivo deverá fixar a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso.

Parágrafo único - Os recursos legalmente vinculados à finalidade específica serão utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso.

Art. 26 - Se verificado ao final de um bimestre que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário e nominal, estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais desta Lei, deverá ser promovida limitação de empenho e movimentação financeira, nos 30 (trinta) dias subsequentes.

§ 1º - A limitação a que se refere o caput será fixada em Decreto, em montantes por Secretaria e para o Legislativo, conjugando-se as prioridades da Administração previstas nesta Lei e respeitadas as despesas que constituem obrigações constitucionais e legais de execução, inclusive as destinadas ao pagamento do serviço da dívida;

§ 2º - Deverão ser considerados, para efeito de conter as despesas, preferencialmente, os recursos orçamentários destinados às despesas de capital,



# Prefeitura Municipal de Guanhães

## ESTADO DE MINAS GERAIS

relativas a obras e instalações, equipamentos e material permanente, e despesas correntes não afetas a serviços básicos.

§ 3º - No caso de restabelecimentos da receita prevista, ainda que parcial, a recomposição das dotações cujos empenhos foram limitados dar-se-á de forma proporcional às reduções efetivadas.

§ 4º - Entender-se-á como receita não suficiente para comportar o cumprimento das metas de resultados primários ou nominal, estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais constantes desta lei, diferença maior ou igual a 1,0% (um por cento), ficando neste caso determinada a limitação de empenhos e de movimentação financeira a que se refere o caput.

§ 5º - Na hipótese da diferença entre a receita estimada e a arrecadada ser inferior a 1% (um por cento), será ela acrescida, na mesma proporção, à meta de arrecadação estimada para o bimestre seguinte, aplicando-se a ela os critérios constantes na parte final do parágrafo anterior.

§ 6º - O disposto nos parágrafos 4º e 5º não se aplica se observada a diferença entre as receitas estimada e arrecadada ao final do quinto bimestre do exercício.

Art. 27 - Para efeito do disposto no artigo 16, § 3º, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, consideram-se irrelevantes, desde que consignadas no orçamento, as despesas cujos valores não ultrapassem o limite estabelecido para a dispensa de licitação de outros serviços e compras, a que se refere o artigo 24, inciso II, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

## CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 28 - No projeto de lei orçamentária, referente ao exercício de 2012, as receitas e despesas serão orçadas segundo os preços vigentes em julho de 2011.

§ 1º - A Lei Orçamentária Anual estabelecerá critérios de atualização das dotações orçamentárias a serem aplicados durante o exercício de 2012, de forma a manter o valor real dos projetos e atividades previstos no orçamento, tendo como limite o comportamento da receita.

§ 2º - Para os efeitos desta lei, consideram-se como receitas próprias o somatório das receitas correntes e de capital, com exceção das receitas de operações de crédito, de acordo com as definições dadas pela Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.



# Prefeitura Municipal de Guanhães

## ESTADO DE MINAS GERAIS

Art. 29 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 30 – Revogam-se as disposições em contrário.

Guanhães/MG, 15 de abril de 2011.

Osvaldo Castro Pinto  
Prefeito Municipal



Aprovado em 1<sup>º</sup> 12<sup>º</sup> discussão  
Sala das sessões 20/06/2011  
Nelson  
PRESIDENTE

A SANÇÃO  
Sala das sessões 22/06/2011  
Nelson  
PRESIDENTE

PARECER DA COMISSÃO DE  
LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO  
Analisando o Projeto de lei nº 11/2011 COM EMENDAS  
SOMOS FAVORÁVEIS à sua APROVAÇÃO, e  
devolvemos nesta data. Sala das Sessões, C.M.G  
aos 20/06/2011  
PRESIDENTE Nelson  
1º MEMBRO Edmundo  
2º MEMBRO Luiz de Lucca

APROVADO COM EMENDAS 06  
Câmara Municipal de Guanhães,  
aos 20/06/2011  
Presidente da Câmara

PARECER DA COMISSÃO DE  
FINANÇAS, ORÇ, TOMADA DE CONTAS  
Analisando o Projeto de lei nº 11/2011 COM EMENDAS  
SOMOS FAVORÁVEIS à sua APROVAÇÃO, e  
devolvemos nesta data. Sala das Sessões, C.M.G  
aos 20/06/2011  
PRESIDENTE Demófilo de Oliveira  
1º MEMBRO Edmundo  
2º MEMBRO Luiz de Lucca



# Prefeitura Municipal de Guanhães

## ESTADO DE MINAS GERAIS

### ANEXO I - ANEXO DAS PRIORIDADES NA ALOCAÇÃO DE RECURSOS NA LEI ORÇAMENTÁRIA 2012

#### A - PROGRAMAS SOCIAIS

1. Programas sociais voltados à atenção da infância e juventude, incluindo-se a implantação e efetivação dos conselhos tutelares.
2. Programas de geração de trabalho e renda, com destaque ao incentivo para a formação de associações e cooperativas de auto-gestão, e de desenvolvimento de formação profissional.
3. Programas de enfrentamento à pobreza e à exclusão social, de construção da inclusão social e de afirmação da igualdade.
4. Programas sociais voltados a famílias, mulheres e outros segmentos da sociedade.
5. Programas sociais com ênfase nas áreas de Educação, Saúde, Moradia, Assistência Social, Cultura, Esporte e Lazer.
6. Programas de regularização fundiária de acampamentos e ocupações já consolidadas no município.
7. Programas de alimentação e nutrição.
8. Programas de promoção da cidadania e de direitos humanos.
9. Programas de cooperação entre as cidades da Micro-Região a que pertence o Município de GUANHÃES.
10. Programas de afirmação da igualdade racial.

#### B - ATIVIDADES DE MANUTENÇÃO E GESTÃO

##### I - Atividades relativas ao Poder Executivo:

1. Serviços de manutenção e conservação da cidade.
2. Melhoria no atendimento prestado pela Administração aos municípios, incluindo programas de formação continuada e de melhoria das condições de trabalho dos profissionais da Prefeitura Municipal.



# Prefeitura Municipal de Guanhães

## ESTADO DE MINAS GERAIS

3. Democratização do acesso à informação e modernização administrativa dos serviços prestados pela Prefeitura Municipal.
4. Consolidação do quadro de servidores, com utilização de organogramas organizacional e funcional, mediante promoção, treinamento e concurso público.
5. Previsão e alocação de recursos para pagamentos de precatórios e sentenças judiciais.
6. Operação e manutenção dos equipamentos urbanos e próprios públicos.
7. Operação e manutenção do trânsito e transporte coletivo.
8. Programas de preservação ambiental.
9. Programa de cooperação entre as cidades da Micro-Região a que pertence o Município de GUANHÃES.
10. Aquisição de móveis e equipamentos para as unidades administrativas e operacionais.
11. Cadastramento e recadastramento mobiliário e imobiliário do Município para atualização do Sistema Tributário Municipal.

### II - Atividades relativas ao Poder Legislativo:

1. Modernização dos serviços prestados pela Câmara Municipal - atualização pela informatização.
2. Consolidação do quadro de servidores, com utilização de organogramas organizacional e funcional, mediante promoção e concurso público.
3. Previsão e alocação de recursos para pagamentos de precatórios e sentenças judiciais.
4. Aquisição de móveis e equipamentos para sede da Câmara Municipal.
5. Reforma ou ampliação da sede da Câmara Municipal

### C – INVESTIMENTOS

1. Programa de incentivo ao estabelecimento de novas centralidades, com destaque para revitalização do centro e bairros, obras de urbanização e saneamento, e a implantação de pólo de cidadania para famílias carentes da cidade.



# Prefeitura Municipal de Guanhães

## ESTADO DE MINAS GERAIS

2. Construção, reforma e ampliação da sede administrativa, escolas, creches, centros de saúde, equipamentos de saúde e outros de interesse social.
3. Construção de moradias populares de interesse social, com destaque à estruturação do Fundo Municipal de Habitação e para a urbanização de bairros.
4. Execução de contrapartida da Prefeitura em projetos de urbanização e saneamento do centro, bairros e Distritos do Município.
5. Obras de infra-estrutura viárias, com prioridade ao transporte coletivo e escoamento da produção local, incluindo pavimentação de ruas e avenidas, abertura e conservação de estradas, construção de pontes, bueiros e mata burros e obras complementares e programas comunitários de pavimentação.
6. Projeto especial de segurança, com destaque para a implantação de postos nos distritos e povoados para policiamento, através de convênio com a Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG e de apoio às vítimas da violência.
7. Programa de coleta seletiva e tratamento de resíduos.
8. Obras de canalização e retificação de córregos, e de drenagem pluvial.
9. Obras de iluminação pública e ampliação da rede de energia elétrica urbana e rural.
10. Aquisição e manutenção dos equipamentos urbanos e próprios públicos.
11. Programas e projetos de ações culturais, esportivas e turísticas, incluindo construção, ampliação e reforma de equipamentos públicos voltados a esses setores.
12. Implantação e ampliação de áreas verdes e reflorestamento de áreas degradadas.
13. Promoção do incentivo à produção agrícola do Município com apoio à agricultura familiar, assistência técnica e aquisição de máquinas e implementos agrícolas.
14. Controle de abatimento de animais para consumo da população e construção de matadouro público.
15. Aquisição de máquinas, caminhões e equipamentos para ampliação dos próprios públicos do Município.



# Prefeitura Municipal de Guanhães

## ESTADO DE MINAS GERAIS

### ANEXO II - ANEXO DAS METAS FISCAIS CONSIDERAÇÕES SOBRE AS METAS FISCAIS PARA 2012/2013

#### 1 - RECEITA

As razões fundamentais que justificam a projeção de receita para o exercício de 2012 relacionam-se com a implantação e/ou aperfeiçoamento contínuo de um conjunto de medidas e estratégias voltadas ao incremento da arrecadação, mediante revisão da legislação tributária e reestruturação dos métodos e procedimentos de trabalho, assim como o desenvolvimento/aperfeiçoamento dos meios a eles inerentes, inclusive dos sistemas de processamento de dados.

As medidas implantadas objetivam, em síntese, aumentar a produtividade junto às unidades encarregadas da administração dos tributos considerados, dentro das suas respectivas áreas de atuação, permitindo combater sistematicamente a sonegação fiscal e a evasão de receitas municipais próprias.

A respeito dos aspectos macroeconômicos contidos nas estimativas de receita, foram considerados os crescimentos da inflação anual acumulada nos últimos 12 meses.

#### 1.1 - PRINCIPAIS VETORES A SEREM CONSIDERADOS

- 1.1.1 - Maior eficiência na gestão tributária, por meio de ações fiscais planejadas e devidamente coordenadas.
- 1.1.2 - Novos conceitos e métodos de trabalho.
- 1.1.3 - Bancos de dados interligados.
- 1.1.4 - Capacidade de processamento de informações em tempo real.
- 1.1.5 - Agilização e eficácia dos processos administrativos.
- 1.1.6 - Melhor controle de lançamentos e recebimentos de tributos.
- 1.1.7 - Maior capacidade de gerenciamento.
- 1.1.8 - Treinamento e capacitação de pessoal.



# Prefeitura Municipal de Guanhães

## ESTADO DE MINAS GERAIS

### 1.2 - TRIBUTOS IMOBILIÁRIOS (IPTU/ITBI/TAXAS DE SERVIÇOS/CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA)

1.2.1 - Ampliação continuada da fiscalização efetiva, visando combater a sonegação de tributos e a evasão de receitas tributárias.

1.2.2 - Manter concentrados esforços na melhoria da arrecadação dos tributos imobiliários, mediante o cotejo de informações implantadas em sistema de processamento de dados e planejamento das ações fiscais.

1.2.3 - Promover estudos objetivando a atualização de alteração da Planta Genérica de Valores e Mapa de Valores do Metro Quadrado de Construção, das alterações das alíquotas e demais alterações legislativas necessárias à atualização das normas pertinentes ao IPTU, ITBI e taxas correlatas (de coleta, remoção e destinação de lixo e de prevenção e combate a sinistro).

1.2.4 - Manutenção, atualização e aperfeiçoamento dos dados cadastrais já disponíveis sobre imóveis e contribuintes do município além da possibilidade de inserção de novos parâmetros e métodos, objetivando a implantação de cadastro único que integre as informações pertinentes aos lançamentos.

### 1.3 - TRIBUTOS MOBILIÁRIOS (ISSQN/TAXAS DE POLÍCIA)

1.3.1 - Ampliação continuada da fiscalização efetiva, visando combater a sonegação de tributos e a evasão de receitas tributárias.

1.3.2 - Manutenção e aperfeiçoamento da fiscalização, mediante atividade de PLANEJAMENTO FISCAL, a partir de estudos estatísticos e sócio-econômicos que possibilitem concentrar a fiscalização sobre contribuintes, cujos recolhimentos de ISS estejam aquém da potencial capacidade contributiva.

1.3.3 - Manutenção, atualização e aperfeiçoamento dos dados cadastrais já disponíveis sobre contribuintes do município além da possibilidade de inserção de novos parâmetros e métodos, objetivando a implantação de cadastro único que integre as informações pertinentes aos lançamentos.

1.3.4 - Manutenção e aperfeiçoamento das declarações relativas ao movimento econômico das empresas situadas no município, objetivando subsídios ao planejamento fiscal.

## 2 – DESPESA

A Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, disciplinando matéria já existente, institui parâmetros de observância obrigatória.



# Prefeitura Municipal de Guanhães

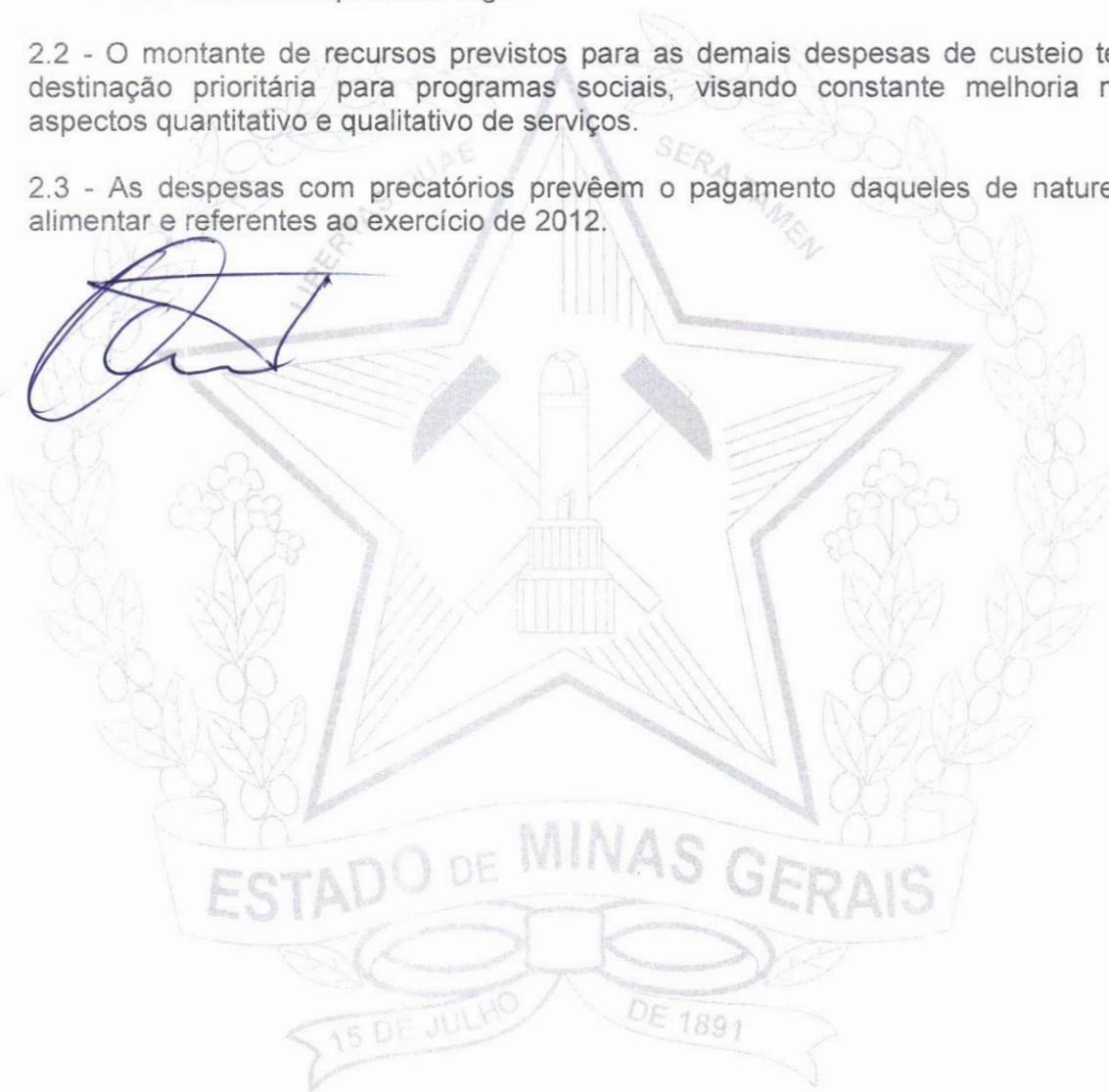
## ESTADO DE MINAS GERAIS

Nesse contexto, foram estabelecidas premissas a seguir explicitadas, que buscam essencialmente o equilíbrio fiscal, sem perder de vista as necessidades da população e da Administração, consubstanciada no Anexo de Prioridades.

2.1 - As despesas com pessoal e encargos obedecerão a critérios de eficiência, qualificação e estrutura adequados aos objetivos da Administração, limitando-se seu montante anual aos dispositivos legais.

2.2 - O montante de recursos previstos para as demais despesas de custeio terá destinação prioritária para programas sociais, visando constante melhoria nos aspectos quantitativo e qualitativo de serviços.

2.3 - As despesas com precatórios prevêem o pagamento daqueles de natureza alimentar e referentes ao exercício de 2012.





# Prefeitura Municipal de Guanhães

## ESTADO DE MINAS GERAIS

MENSAGEM N.º: 001/2011

*Projeto de Lei n.º: \_\_\_\_/2011, de 15 de abril de 2011.  
Lei de Diretrizes Orçamentárias para exercício de 2012.*

Exmo. Senhor Presidente,  
Exmos. Senhores Vereadores,

Encaminhamos a V.Exas. O incluso Projeto de Lei que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para elaboração do orçamento municipal para o exercício de 2012 (Lei de Diretrizes Orçamentárias LDO/2012), em cumprimento ao disposto no § 2º do art. 165 da Constituição Federal.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias é o instrumento de planejamento público que estabelece as metas e prioridades da administração pública municipal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, que orienta a elaboração da lei orçamentária anual e dispõe sobre as alterações na legislação tributária e de pessoal.

A Lei de Responsabilidade Fiscal definiu com maior especificidade a Lei de Diretrizes Orçamentárias e criou novas funções, em que o Projeto incluso encontra-se adequadamente ajustado, a saber:

- Disposição sobre o equilíbrio entre receitas e despesas, critérios e forma de limitação de empenho, normas para o controle de custos e avaliação dos resultados dos programas e condições para transferência de recursos a entidades públicas e privadas.
- Anexo de Metas Fiscais (Plano Trienal, passível de revisão a cada ano), que:
  - a) Fixará metas anuais para receitas, despesas, resultado nominal e primário e montante da dívida para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes;
  - b) Fará a avaliação do cumprimento das metas relativas ao ano anterior;
  - c) Conterá demonstrativo das metas anuais, instruído com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos, parando-as com as fixadas nos três exercícios anteriores e evidenciando a

Praça Néria Coelho Guimarães, 100 - Centro - Guanhães - MG - CEP 39740 - 000 - Fone: (33) 3421-1501

Fax: 3421-1515 - E-mail: contato@guanhães.mg.gov.br

CPNJ: 18.307.439/0001 - 27



# Prefeitura Municipal de Guanhães

## ESTADO DE MINAS GERAIS

consistência delas com as premissas e os objetivos da política econômica nacional;

- d) Apresentará a evolução do patrimônio líquido nos últimos três exercícios, destacando a origem e a aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos;
  - e) Fará a avaliação financeira e atuarial de todos fundos e programas públicos de natureza atuarial; e
  - f) Fará o demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia de receita e da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado.
- Anexo de Riscos Fiscais, onde serão avaliados os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas.

Esta Administração vem se esforçando para cumprir com as normas legais vigentes de que tratam do planejamento público, bem como esta cumprindo com o exposto acima para elaboração do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias e apresentá-lo à apreciação do Poder Legislativo Municipal.

Assim, solicitamos à Vossas Excelências que o presente Projeto de Lei seja apreciado com a costumeira presteza e atenção dessa egrégia Casa Legislativa no tratamento dos assuntos de interesse público do Município e colocamo-nos à inteira disposição para maiores esclarecimentos.

Atenciosamente,

Osvaldo Castro Pinto  
Prefeito Municipal

Exmo Senhor  
Alberto Magno Dias  
Presidente da Câmara Municipal de GUANHÃES  
GUANHÃES – MG.



# Prefeitura Municipal de Guanhães

## ESTADO DE MINAS GERAIS

### LDO 2012 – LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA O EXERCÍCIO DE 2012

#### Anexo de Riscos Fiscais

Art. 4º, § 3º da Lei Complementar nº 101/2000 - LRF

*"Art. 3º - A Lei de diretrizes orçamentárias conterá Anexo de Riscos Fiscais, onde serão avaliados os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, informando as providências a serem tomadas, caso se concretizem."*

As receitas do Município de Guanhães/MG para o exercício de 2012 foram previstas com base no histórico da arrecadação dos últimos três exercícios: 2008, 2009, 2010 e ainda considerando o que foi previsto para o exercício de 2011.

Como se pode verificar nos anexos de metas fiscais, as transferências constitucionais (FPM, ICMS, IPVA, IPI-EX, etc.) são as maiores fontes de receita do Município.

O que se busca é a efetiva arrecadação de todas as receitas previstas para que manutenção do custeio dos serviços públicos municipais essenciais e que são conforme texto da CFR/88, de responsabilidade da Prefeitura Municipal.

Entretanto, algumas considerações devem observadas acerca da arrecadação municipal, sejam de receitas tributárias ou transferências constitucionais e voluntárias:

- a) A arrecadação destas receitas sofre diretamente o efeito do crescimento ou desaceleração da economia e do processo produtivo e de serviços, e tem relação direta desta com os valores a serem transferidos para o Município;
- b) As despesas de custeio tendem a sofrer reajustes naturais devido à oscilação de preços dos mercados nacional e internacional;
- c) O Município poderá ter sua dívida fundada previdenciária aumentada após possíveis auditorias do INSS, principalmente em virtude da execução da Lei Federal 11.941/2009, que determinou um encontro de contas entre a Receita Federal e os Entes Federados. Desta forma, tanto o Município terá créditos a receber como também poderá ter sua dívida aumentada;

Desta forma, havendo redução de arrecadação ou aumento de despesas provocado pelos fatores acima enumerados, o Município corre o risco natural de ter suas contas desequilibradas e assim deverá tomar providências para a readequação das finanças municipais limitando empenhos ou aumentando a base de cálculo dos impostos e taxas municipais.

Finalmente, entendemos que com o apoio do Poder Legislativo Municipal, poderemos superar as adversidades e cumprir as metas estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Guanhães, 15 de abril de 2011.

  
Osvaldo Castro Pinto  
Prefeito Municipal



# Prefeitura Municipal de Guanhães

ESTADO DE MINAS GERAIS

Tabela 9 - DEMONSTRATIVO VII – ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA

MUNÍCPIO DE GUANHÃES - MINAS GERAIS  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA

2012

TRIBUTO	MODALIDADE	SETORES/ PROGRAMAS/ BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
			2012	2013	2014	
Multas e Juros de Mora do IPTU	Anistia	Todos os contribuintes	20.000,00	25.000,00	30.000,00	Ampliação da base de cálculo do IPTU
<b>TOTAL</b>			<b>20.000,00</b>	<b>25.000,00</b>	<b>30.000,00</b>	<b>R\$ 1,00</b>

FONTE: Prestações de contas anuais, Relatório da Dívida Ativa e anexos da LDO 2012



# Prefeitura Municipal de Guanhães

## ESTADO DE MINAS GERAIS

Tabela 7 - DEMONSTRATIVO VI – AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

MUNICÍPIO DE GUANHÃES  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS

### RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

2012

AMF - Demonstrativo VI (LRF, art.4º, §2º, inciso IV, alínea "a")

R\$ 1,00

RECEITAS	2008	2009	2010
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	3.215.263,02	1.953.901,13	2.474.684,35
RECEITAS CORRENTES	<b>3.215.263,02</b>	<b>1.953.901,13</b>	<b>2.474.684,35</b>
Receita de Contribuições dos Segurados	747.579,13	989.266,16	996.634,69
Pessoal Civil	747.579,13	989.266,16	996.634,69
Pessoal Militar			
Outras Receitas de Contribuições			
Receita Patrimonial	2.467.289,36	797.484,37	1.356.919,15
Receita de Serviços			
Outras Receitas Correntes	394,53	167.150,60	121.130,51
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS			
Outras Receitas Correntes			
RECEITAS DE CAPITAL			
Alienação de Bens, Direitos e Ativos			
Amortização de Empréstimos			
Outras Receitas de Capital			
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA			
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	810.035,73	1.058.398,96	1.071.023,31
RECEITAS CORRENTES	<b>810.035,73</b>	<b>1.058.398,96</b>	<b>1.071.023,31</b>
Receita de Contribuições	810.035,73	1.058.398,96	1.071.023,31
Patronal	810.035,73	1.058.398,96	1.071.023,31
Pessoal Civil			
Pessoal Militar			
Cobertura de Déficit Atuarial			
Regime de Débitos e Parcelamentos			
Receita Patrimonial			
Receita de Serviços			
Outras Receitas Correntes			
RECEITAS DE CAPITAL			
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA			
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (III) = (I + II)	4.025.298,75	3.012.300,09	3.521.292,04

DESPESAS	2008	2009	2010
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)	291.252,46		
ADMINISTRAÇÃO	144.158,31	1.228.082,87	2.266.390,92
Despesas Correntes	134.140,41	1.217.704,07	2.261.808,92
Despesas de Capital	10.017,90	10.378,80	4.582,00
PREVIDÊNCIA	147.094,15	669.100,74	2.247.866,87
Pessoal Civil			
Pessoal Militar	147.094,15	669.100,74	2.247.866,87
Outras Despesas Previdenciárias			
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS			
Demais Despesas Previdenciárias			
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)			
ADMINISTRAÇÃO			
Despesas Correntes			
Despesas de Capital			
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (VI) = (IV + V)	291.252,46	1.897.183,61	4.514.257,79

RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III – VI)	3.734.046,29	1.115.116,48	(992.965,75)
---	--------------	--------------	--------------

APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	2008	2009	2010
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS			
Plano Financeiro			
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras			
Recursos para Formação de Reserva			
Outros Aportes para o RPPS			
Plano Previdenciário			
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro			
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial			
Outros Aportes para o RPPS			
	457.218,21		1.071.023,31

RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS			
BENS E DIREITOS DO RPPS			

Praça Néria Coelho Guimarães, 100 - Centro - Guanhães - MG - CEP 39740 - 000 - Fone: (33) 3421-1501

Fax: 3421-1515 - E-mail: contato@guanhães.mg.gov.br

CPNJ: 18.307.439/0001 - 27



FONTE: Prestações de Contas Anuais

# Prefeitura Municipal de Guanhães

## ESTADO DE MINAS GERAIS

Tabela 8 - PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

MUNICÍPIO DE GUANHÃES  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS

### PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

2012

AMF - Demonstrativo VI (LRF, art.4º, § 2º, inciso IV, alínea "a")

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a-b)	R\$ 1,00 SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = (d Exercício anterior) + (c)
2009	1.671.363,92	451.699,19	1.219.664,73	9.825.400,66
2010	1.661.423,36	547.063,50	1.114.359,86	10.939.760,52
2011	1.663.242,80	642.427,81	1.020.814,99	11.960.575,51
2012	1.645.565,10	833.156,44	812.408,66	12.772.984,17
2013	1.635.521,97	624.183,67	1.011.338,30	13.784.322,47
2014	1.626.029,17	415.210,89	1.210.818,28	14.995.140,75
2015	1.597.941,18	547.832,69	1.050.108,49	16.045.249,24
2016	1.573.091,05	608.246,26	964.844,79	17.010.094,03
2017	1.522.418,06	878.470,91	643.947,15	17.654.041,18
2018	1.484.201,04	1.036.837,56	447.363,48	18.101.404,66
2019	1.452.848,14	1.163.265,66	289.582,48	18.390.987,14
2020	1.397.952,98	1.377.313,13	20.639,85	18.411.626,99
2021	1.326.787,41	1.647.909,09	-321.121,68	18.090.505,31
2022	1.255.369,94	1.910.597,01	-655.227,07	17.435.278,24
2023	1.204.002,47	2.087.850,59	-883.848,12	16.551.430,12
2024	1.123.871,06	2.370.929,40	-1.247.058,34	15.304.371,78
2025	1.092.782,39	2.452.113,59	-1.359.331,20	13.945.040,58
2026	1.048.475,88	2.575.969,80	-1.527.493,92	12.417.546,66
2027	984.398,57	2.767.947,33	-1.783.548,76	10.633.997,90
2028	892.370,89	3.059.729,28	-2.167.358,39	8.466.639,51
2029	757.459,37	3.383.352,02	-2.625.892,65	5.840.746,86
2030	683.167,03	3.712.452,16	-3.029.285,13	2.811.461,73
2031	635.474,28	3.801.211,28	-3.165.737,00	-354.275,27
2032	588.759,92	3.876.242,62	-3.287.482,70	-3.641.757,97
2033	510.922,58	4.063.143,85	-3.552.221,27	-7.193.979,24
2034	468.262,11	4.102.596,54	-3.634.334,43	-10.828.313,67
2035	429.448,70	4.117.566,63	-3.688.117,93	-14.516.431,60
2036	395.417,74	4.104.611,71	-3.709.193,97	-18.225.625,57
2037	342.299,80	4.157.816,06	-3.815.516,26	-22.041.141,83
2038	186.209,57	4.605.959,91	-4.419.750,34	-26.460.892,17
2039	152.029,67	4.570.231,04	-4.418.201,37	-30.879.093,54
2040	135.163,99	4.460.390,71	-4.325.226,72	-35.204.320,26
2041	102.762,30	4.406.356,85	-4.303.594,55	-39.507.914,81
2042	84.969,57	4.290.216,02	-4.205.246,45	-43.713.161,26
2043	36.452,32	4.290.407,64	-4.253.955,32	-47.967.116,58

FONTE: Prestações de Contas Anuais.



# Prefeitura Municipal de Guanhães

## ESTADO DE MINAS GERAIS

### I.a - Metodologia e Memória e Cálculo das Principais Fontes de Receitas

#### Receita Tributária

Metas Anuais	VALOR NOMINAL - R\$ 1,00	VARIAÇÃO %
2008	2.903.407,12	
2009	3.165.410,98	9,02
2010	3.386.400,00	6,98
2011	4.499.500,00	32,87
2012	4.949.450,00	10,00
2013	5.444.395,00	10,00
2014	5.988.834,50	10,00

#### Transferências Intergovernamentais

Metas Anuais	VALOR NOMINAL - R\$ 1,00	VARIAÇÃO %
2008	24.607.527,29	
2009	25.625.069,63	4,14
2010	26.316.000,00	2,70
2011	32.462.000,00	23,35
2012	35.708.200,00	10,00
2013	39.279.020,00	10,00
2014	43.206.922,00	10,00

#### Outras Receitas Correntes

Metas Anuais	VALOR NOMINAL - R\$ 1,00	VARIAÇÃO %
2008	948.933,91	
2009	787.968,37	-16,96
2010	1.005.013,33	27,54
2011	996.232,00	-0,87
2012	1.095.855,20	10,00
2013	1.205.440,72	10,00
2014	1.325.984,79	10,00

#### Receitas de Capital

Metas Anuais	VALOR NOMINAL - R\$ 1,00	VARIAÇÃO %
2008	579.296,00	
2009	152.505,73	-73,67
2010	5.908.395,00	3.774,21
2011	7.090.400,00	20,01
2012	7.799.440,00	10,00
2013	8.579.384,00	10,00
2014	9.437.322,40	10,00



# Prefeitura Municipal de Guanhães

## ESTADO DE MINAS GERAIS

### I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas da Prefeitura Municipal de Guanhães - MG

As metas anuais de Receitas da Prefeitura de Guanhães foram calculadas a partir das seguintes receitas orçamentárias:

#### TOTAL DAS RECEITAS

ESPECIFICAÇÃO - Portaria STN 248/2003	REALIZADO		PREVISTO		
	2009	2010	2011	2012	2013
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>35.575.995,75</b>	<b>41.716.107,51</b>	<b>37.001.720,00</b>	<b>45.421.500,00</b>	<b>49.963.650,00</b>
Receitas Tributárias	3.165.410,98	3.892.393,70	3.386.400,00	4.499.500,00	4.949.450,00
Impostos	2.654.590,65	3.296.329,56	2.706.000,00	3.670.000,00	4.037.000,00
Taxas	510.820,33	593.974,65	650.400,00	825.500,00	908.050,00
Receitas de Contribuições	2.086.494,12	2.061.763,58	1.904.810,00	2.194.000,00	2.413.400,00
Receita Patrimonial	1.131.099,69	1.879.911,53	1.179.510,00	1.630.000,00	1.793.000,00
Serviços	2.779.952,96	3.103.342,95	3.209.986,67	3.639.768,00	4.003.744,80
Transferências Intergovernamentais	25.625.069,63	29.892.412,33	26.316.000,00	32.462.000,00	35.708.200,00
Outras Receitas Correntes	787.968,37	886.283,42	1.005.013,33	996.232,00	1.095.855,20
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>152.505,73</b>	<b>3.528.296,21</b>	<b>5.908.395,00</b>	<b>7.090.400,00</b>	<b>7.799.440,00</b>
Receita Intra-orçamentárias	1.268.839,55	1.304.772,75	1.421.585,00	1.371.000,00	1.508.100,00
<b>DEDUÇÃO FUNDEB</b>	<b>(3.050.082,94)</b>	<b>(3.687.708,07)</b>	<b>(4.331.700,00)</b>	<b>(4.882.900,00)</b>	<b>(5.371.190,00)</b>
<b>TOTAL</b>	<b>33.947.258,09</b>	<b>42.861.468,40</b>	<b>40.000.000,00</b>	<b>49.000.000,00</b>	<b>53.900.000,00</b>
					<b>59.290.000,00</b>

FONTE: Prestações de contas dos exercícios: 2009, 2010 e LOA 2011.





# Prefeitura Municipal de Guanhães

## ESTADO DE MINAS GERAIS

### II.a - Metodologia e Memória de Cálculo das Principais despesas da Prefeitura Municipal de Guanhães - MG

#### Pessoal e Encargos Sociais

Metas Anuais	VALOR NOMINAL - R\$ 1,00	VARIAÇÃO %
2008	16.029.973,47	
2009	15.092.136,61	-5,85
2010	16.353.198,71	8,36
2011	18.629.952,17	13,92
2012	20.492.947,39	10,00
2013	22.542.242,13	10,00
2014	24.796.466,34	10,00

#### Outras Despesas Correntes

Metas Anuais	VALOR NOMINAL - R\$ 1,00	VARIAÇÃO %
2008	10.383.884,11	
2009	12.384.738,66	19,27
2010	14.464.861,67	16,80
2011	18.288.260,63	26,43
2012	20.117.086,69	10,00
2013	22.128.795,36	10,00
2014	24.341.674,90	10,00

#### Despesas de Capital

Metas Anuais	VALOR NOMINAL - R\$ 1,00	VARIAÇÃO %
2008	3.432.437,15	
2009	3.582.712,63	4,38
2010	6.178.255,15	72,45
2011	9.244.453,65	49,63
2012	10.168.899,02	10,00
2013	11.185.788,92	10,00
2014	12.304.367,81	10,00



# Prefeitura Municipal de Guanhães

ESTADO DE MINAS GERAIS

## II - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Despesas da Prefeitura Municipal de Guanhães Guanhães - MG

### TOTAL DAS DESPESAS

CATEGORIA ECONÔMICA E GRUPOS DE NATUREZA DE DESPESA	REALIZADO		PREVISTO			
	2.009	2.010	2.011	2.012	2.013	2.014
DESPESAS CORRENTES (I)	27.476.875,27	31.222.980,10	36.918.212,80	40.610.034,08	44.671.037,49	49.138.141,24
Pessoal e Encargos Sociais	15.092.136,61	16.055.911,11	18.629.952,17	20.492.947,39	22.542.242,13	24.796.466,34
Juros e Encargos da Dívida (-)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	12.384.738,66	15.167.068,99	18.288.260,63	20.117.086,69	22.128.795,36	24.341.674,90
DESPESAS DE CAPITAL (II)	3.582.712,63	5.076.657,77	9.244.453,65	10.168.899,02	11.185.788,92	12.304.367,81
Investimentos	3.196.909,84	4.573.809,56	8.664.453,65	9.530.899,02	10.483.988,92	11.532.387,81
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização Financeira	385.802,79	502.848,21	580.000,00	638.000,00	701.800,00	771.980,00
Despesas Intra-Orçamentárias	1.424.975,78	1.388.389,63	1.602.833,55	1.763.116,91	1.939.428,60	2.133.371,46
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	100.000,00	110.000,00	121.000,00	133.100,00
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	1.134.500,00	1.247.950,00	1.372.745,00	1.510.019,50
<b>TOTAL</b>	<b>32.484.563,68</b>	<b>37.688.027,50</b>	<b>49.000.000,00</b>	<b>53.900.000,00</b>	<b>59.290.000,00</b>	<b>65.219.000,00</b>

FONTE: Prestações de contas dos exercícios: 2009, 2010 e LOA 2011.

19/09/11  
Marcia A.P. Guimaraes  
Assessora de Gabinete  
Câmara Mun. de Guarulhos